

No. 41196

**Brazil
and
Argentina**

Agreement for the implementation of the electronic voting system in the Province of Buenos Aires, supplementary to the Agreement on technical cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Argentine Republic. Brasília, 18 February 2005

Entry into force: *18 February 2005 by signature, in accordance with article 6*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 13 April 2005*

**Brésil
et
Argentine**

Accord relatif à la mise en application du système de vote électronique dans la province du Buenos Aires, complémentaire à l'Accord de coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République argentine. Brasília, 18 février 2005

Entrée en vigueur : *18 février 2005 par signature, conformément à l'article 6*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 13 avril 2005*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE VOTO ELETRÔNICO NA PROVÍNCIA DE BUENOS AIRES

A República Federativa do Brasil

e

A República Argentina
(doravante denominada “As Partes”),

CONSIDERANDO:

Que a participação política dos cidadãos é um objetivo prioritário de ambas as Partes.

Que para facilitar a efetiva participação política através do processo eleitoral, cabe utilizar mecanismos que permitam implementar políticas eleitorais modernas e adequadas.

Que, neste sentido, é de interesse das partes incrementar a qualidade democrática do sistema político provincial bem como dos Municípios e instituições Intermediárias que o solicitem para todo tipo de representação, com a finalidade de alcançar uma maior transparência, segurança e agilidade nos processos eleitorais que se apresentarem;

Que para essa finalidade foi assinado um Acordo Complementar de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina com objetivo de estabelecer as bases necessárias para a implementação do sistema de voto eletrônico em alguns distritos da Província de Buenos Aires através da Junta Eleitoral da Província como autoridade executora do processo eleitoral. Para este fim o Tribunal Superior Eleitoral da República Federativa do Brasil comprometeu-se a facilitar o empréstimo do hardware, o desenvolvimento do software e o assessoramento técnico necessário, permitindo desse modo a colocação em prática do sistema para as eleições de 14 de setembro de 2003;

Que a primeira experiência de instrumentação do sistema do voto eletrônico nas eleições de 14 de setembro de 2003, na Província de Buenos Aires resultou verdadeiramente satisfatória pelo esforço de coordenação e gestão levado a cabo pela Junta Eleitoral e o Poder Executivo Provincial;

Que a Província de Buenos Aires modificou sua legislação em matéria eleitoral para permitir o uso do sistema de voto eletrônico;

Que o Governo da Província de Buenos Aires, por meio do Ministério de Governo e da Junta Eleitoral, tem o firme propósito de continuar implementando e difundindo sistemas de voto eletrônico de forma progressiva até alcançar todo seu âmbito territorial, com fim de lograr uma maior celeridade em todos os processos eleitorais.

Que o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil tem manifestado que colocará à disposição do Ministério do Governo e da Junta Eleitoral da Província de Buenos Aires sua inestimável contribuição e experiência;

Que o Acordo de Cooperação Técnica assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina em abril de 1996, em vigor desde agosto de 1999, em seu Artigo II contempla a possibilidade de estender a cooperação técnica às áreas que as Partes estipularem convenientes, entre elas o fortalecimento institucional,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Objeto

1. O presente Acordo Complementar tem como objetivo estabelecer as bases necessárias para a cooperação entre as Partes para a implementação de sistemas de voto eletrônico da Província de Buenos Aires, com o fim de assegurar a transparência do sistema eleitoral provincial, municipal e das instituições que o solicitem.

2. Para sua implementação, o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil facilitará o hardware, software e o assessoramento técnico necessário, dentro dos prazos acordados previamente pelas autoridades de execução, com vistas a permitir à Província de Buenos Aires colocar em prática o sistema nas eleições provinciais, municipais e de Instituições Intermediárias, e atividades que tenham como objetivo a difusão e promoção do sistema de voto eletrônico.

3. Para os fins de planejamento e implementação do objeto do presente Acordo, serão autoridades de execução o Ministério de Governo e a Junta Eleitoral da Província de Buenos Aires, pela República Argentina e o Tribunal Superior Eleitoral, pela República Federativa do Brasil.

ARTIGO 2

Obrigações do Tribunal Superior Eleitoral

No âmbito do presente Acordo, o Tribunal Superior Eleitoral

1. Outorgará o empréstimo para a Província de Buenos Aires de:
 - a) Urnas eletrônicas;
 - b) Unidades de “flash cards”, que serão utilizados para a carga de dados eletrônicos, para a carga de dados dos eleitores e para atender possíveis contingências;
 - c) “Drivers” para memória “flash” que serão especificados segundo a necessidade da atividade a desenvolver-se.
2. Adequará os programas associados a operações da urna eletrônica, para que incluam características específicas das experiências que se realizarem.
3. Os técnicos da Secretaria de Informática do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil prestarão assistência ao pessoal argentino através de: comunicações via e-mail, fax e se deslocarão à Província de Buenos Aires nos casos em que sua presença seja indispensável para levar a cabo a capacitação de técnicos argentinos, demonstração do funcionamento do sistema e para o apoio, implementação e a colocação em funcionamento do sistema.
4. Para fins de planejamento e desenvolvimento da implementação do sistema de voto eletrônico, o Ministério de Governo, a Junta Eleitoral da Província de Buenos Aires e o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, como autoridades executoras do presente Acordo, determinarão e detalharão em instrumentos complementares, que como ajustes serão parte integrantes do presente acordo, tais como, as tarefas e ações a serem realizadas, as datas das mesmas e a quantidade dos elementos descritos no item 1 do presente Artigo que serão utilizados segundo cada atividade.

ARTIGO 3

Obrigações da Província de Buenos Aires

No âmbito do presente Acordo, a Província de Buenos Aires

1. Compromete-se a reexportar as urnas e seus acessórios em data a ser definida nos ajustes complementares.
2. Pagará o frete dos elementos detalhados no Artigo 2, letras: a) b) e c), desde o domicílio de entrega no território brasileiro até o território provincial e seu posterior regresso ao domicílio de entrega no Brasil.
3. Contratará e pagará o seguro de transporte, manejo, armazenamento e operação dos equipamentos citados, em território argentino.
4. Arcará com os gastos que demandem a instalação e desinstalação dos equipamentos na Província.
5. Assumirá a reposição dos elementos danificados por culpa de seus agentes.
6. Arcará com o pagamento passagens, estadas e diárias dos funcionários e dos técnicos que envie o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil. Assegurará o pessoal brasileiro contra acidentes de trabalho, enfermidade e vida, desde sua entrada até sua saída do território da República.
7. Facilitará toda a ajuda logística necessária para a implementação do programa da urna eletrônica.
8. Oferecerá a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades dos técnicos brasileiros, incluindo a estrutura física e material.
9. Fornecerá os elementos necessários para a realização do voto eletrônico tais como: bobina de papel para urna eletrônica, disquetes, lacres e outros materiais necessários para sua concretização.
10. Oferecerá a infra-estrutura adequada para preparação, treinamento e implementação do voto eletrônico, que serão especificadas de acordo com as atividades a serem desenvolvidas.
11. Compromete-se a receber as urnas no território Argentino com a presença de pessoal técnico brasileiro.
12. Pagará toda taxa de serviço cuja exploração seja privatizada correspondente à importação temporária e reexportação dos equipamentos brasileiros.

ARTIGO 4

Isenção de Imposto

Conforme o disposto pelo Artigo XIV do Acordo de Cooperação Técnica assinado pelas Partes em abril de 1996, os equipamentos, elementos e materiais descritos no presente Acordo estarão isentos do pagamento de todas as taxas, impostos e demais gravames de importação e exportação.

ARTIGO 5

Imunidades e Privilégios

Será aplicado ao presente Acordo em matéria de privilégios e imunidades o disposto no Artigo XII do Acordo de Cooperação Técnica de abril de 1996.

ARTIGO 6

Entrada em vigor

1. O presente Acordo Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá duração de um (1) ano automaticamente renovável por idênticos períodos, salvo que uma das Partes comunique a outra por via diplomática sua intenção de denunciá-lo. A denúncia surtirá efeito quarenta e cinco (45) dias depois da data de recepção da notificação.

2. Em caso de denúncia do presente Acordo Complementar, as atividades em curso que o mesmo contempla não serão prejudicadas, salvo quando as Partes acordarem o contrário de forma expressa.

ARTIGO 7

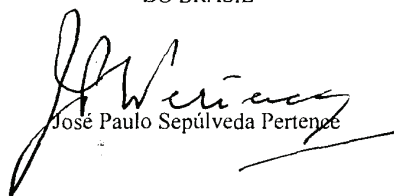
Modificações

1. As modificações ao presente Acordo só poderão ser realizadas em comum Acordo entre as partes por escrito. Os instrumentos nos quais constem as modificações farão parte como ajustes ao presente Acordo e formarão parte do mesmo.

2. Os programas, planos de viagem, trabalho e cronogramas para as respectivas atividades serão especificados pelas autoridades de execução em instrumentos complementares que, como ajustes, serão parte integrante do presente Acordo.

Feito em Brasília, em 18 de fevereiro de 2005, em dois exemplares originais, em português e castelhano, sendo ambos igualmente autênticos.

PELA REPUBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL



José Paulo Sepúlveda Pertence

PELA REPUBLICA ARGENTINA



Ana Cafiero

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO DE COOPERACION TECNICA ENTRE
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO
DE LA REPUBLICA ARGENTINA PARA IMPLEMENTAR EN LA PROVINCIA
DE BUENOS AIRES EL SISTEMA DE VOTO ELECTRONICO

La República Federativa del Brasil

y

La República Argentina
(en adelante “las Partes”),

CONSIDERANDO:

Que la participación política de los ciudadanos es un objetivo prioritario de ambas Partes.

Que para facilitar la efectiva participación política a través del proceso electoral, cabe instrumentar mecanismos que permitan implementar políticas electorales modernas y adecuadas.

Que, en ese sentido, es de interés de las partes incrementar la calidad democrática no solo del sistema político provincial sino también de los Municipios e instituciones Intermedias que lo soliciten para todo tipo de representación, con el fin de alcanzar una mayor transparencia, seguridad y agilidad en los procesos electorales que se presenten;

Que a dichos efectos se suscribió un Acuerdo Complementario de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República Argentina con el objeto de establecer las bases necesarias para la implementación del sistema de voto electrónico en algunos distritos de la Provincia de Buenos Aires a través de la Junta Electoral de la Provincia como autoridad de aplicación del proceso eleccionario, a cuyos efectos el Tribunal Superior Electoral de la República Federativa del Brasil comprometió la facilitación del hardware, el software y el asesoramiento técnico necesario, permitiendo de ese modo la puesta en práctica del sistema para las elecciones del 14 de septiembre de 2003.

Que la primera experiencia de instrumentación del sistema de voto electrónico en las elecciones del 14 de septiembre de 2003 en la Provincia de Buenos Aires resultó verdaderamente exitosa por el esfuerzo de coordinación y gestión llevado a cabo por la Honorable Junta Electoral y el Poder Ejecutivo provincial.

Que la Provincia de Buenos Aires modificó su legislación en materia electoral para permitir el uso del sistema de voto electrónico.

Que el Gobierno de la Provincia de Buenos Aires, por medio del Ministerio de Gobierno y la Honorable Junta Electoral tiene la firme decisión de continuar implementando y difundiendo sistemas de voto electrónico en forma progresiva hasta alcanzar cubrir todo su ámbito territorial, con el fin de lograr una mayor celeridad en todos los procesos electorales.

Que el Tribunal Superior Electoral de Brasil ha manifestado que pone a disposición del Ministerio de Gobierno y de la Honorable Junta Electoral de la Provincia de Buenos Aires su inestimable aporte y experiencia.

Que el Acuerdo de Cooperación Técnica suscripto entre la República Federativa del Brasil y la República Argentina en abril de 1996, en vigor desde agosto de 1999, en su Artículo II contempla la posibilidad de extender la cooperación técnica a las áreas que las Partes estimen conveniente, entre ellas el fortalecimiento institucional.

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO 1

Objeto

1. El presente Acuerdo Complementario tiene como objeto establecer las bases necesarias para la cooperación entre las Partes para la implementación de sistemas de voto electrónico en la Provincia de Buenos Aires, con el fin de asegurar la transparencia del sistema electoral provincial, municipal y de las instituciones que lo soliciten.
2. Para su implementación, el Tribunal Superior Electoral de Brasil facilitará el hardware y el software y el asesoramiento técnico necesario, dentro de los plazos acordados previamente por las autoridades de aplicación, con vistas a permitir a la provincia de Buenos Aires poner en práctica dicho sistema en las elecciones provinciales, municipales y de Instituciones Intermedias, y en actividades que tengan por objeto la difusión y promoción del sistema de voto electrónico.

3. A los fines de la planificación e implementación del objeto del presente Acuerdo, serán autoridades de aplicación el Ministerio de Gobierno y la Honorable Junta Electoral de la Provincia de Buenos Aires, por la República Argentina y el Tribunal Superior Electoral, por la República Federativa del Brasil.

ARTÍCULO 2

Obligaciones del Tribunal Superior Electoral

En el marco del presente Acuerdo, el Tribunal Superior Electoral

1. Otorgará en préstamo a la Provincia de Buenos Aires de:
 - a) Urnas electrónicas.
 - b) Unidades de “flash cards”, que serán utilizadas para la carga de datos electrónicos, para la carga de datos de los electores y para atender posibles contingencias.
 - c) Drivers para memoria flash que serán especificados según la necesidad de la actividad a desarrollarse.
2. Adecuará los programas asociados a operaciones de la urna electrónica, para que incluyan características específicas de las experiencias que se realicen.
3. Aportará técnicos de la Secretaría de Informática del Tribunal Superior Electoral de Brasil que prestarán asistencia al personal argentino a través de: comunicaciones vía mail, fax y se trasladarán a la Provincia de Buenos Aires en los casos que sea indispensable su asistencia personal para llevar a cabo la capacitación de técnicos argentinos, demostración del funcionamiento del sistema y para el apoyo e implementación en la puesta en funcionamiento del sistema.
4. A los fines de planificar y desarrollar la implementación del sistema de voto electrónico el Ministerio de Gobierno, la Honorable Junta Electoral de la Provincia de Buenos Aires y el Tribunal Superior Electoral de Brasil, como autoridades de aplicación del presente Acuerdo, determinarán y detallarán en instrumentos complementarios -que como anexos serán parte integrante del presente acuerdo-: las tareas y acciones a realizar, las fechas de las mismas y la cantidad de elementos descriptos en el punto 1) del presente Artículo a utilizar para cada actividad.

ARTÍCULO 3

Obligaciones de la Provincia de Buenos Aires

En el marco del presente Acuerdo, la Provincia de Buenos Aires

1. Se compromete a reexportar las urnas y sus accesorios en la fecha que se defina en los instrumentos complementarios.
2. Pagará el flete de los elementos detallados en el Artículo 2 puntos a) b) y c), desde el domicilio de entrega en el territorio del Brasil hasta el territorio provincial y su posterior regreso al domicilio de entrega en el Brasil.
3. Contratará y pagará el seguro de transporte, manejo, almacenamiento y operación de los equipos citados, en el territorio argentino.
4. Afrontará los gastos que demande la instalación de los equipos en la Provincia y su desinstalación.
5. Asumirá la reposición de los elementos dañados por culpa de sus agentes.
6. Afrontará el pago de los pasajes, estadía y viáticos de los funcionarios y/o técnicos que envíe el Tribunal Superior Electoral de Brasil. Asegurará contra accidentes de trabajo, enfermedad y vida, al personal brasileño desde que ingresa al territorio de la República hasta su egreso del mismo.
7. Facilitará toda la ayuda logística necesaria para la implementación del programa de urna electrónica.
8. Aportará la infraestructura necesaria para el desarrollo de las actividades de los técnicos brasileños incluyendo la estructura física y material.
9. Aportará los elementos necesarios para la realización del voto electrónico tales como bovina de papel para urna electrónica, disquetes, lacres y otros materiales necesarios para su concreción.
10. Aportar la infraestructura adecuada para preparación entrenamiento e implementación del voto electrónico las que se especificarán de acuerdo con las actividades a desarrollarse.
11. Se compromete a recibir las urnas en territorio Argentino con la presencia de personal técnico brasileño.
12. Pagará toda tasa de servicio cuya explotación estuviera privatizada y pueda corresponder con relación a la importación temporal y reexportación de los equipos brasileños.

ARTÍCULO 4

Exención de Gravámenes

Conforme a lo dispuesto por el Artículo XIV del Acuerdo de Cooperación Técnica suscripto por las Partes en abril de 1996, los equipos, elementos y materiales descriptos en el presente Acuerdo estarán exentos del pago de todas las tasas, impuestos y demás gravámenes de importación y exportación.

ARTÍCULO 5

Inmunidades y Privilegios

Será aplicable al presente Acuerdo lo dispuesto en materia de inmunidades y privilegios por el Artículo XII del Acuerdo de Cooperación Técnica de abril de 1996.

ARTÍCULO 6

Entrada en Vigor

1. El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá una duración de un (1) año renovable automáticamente por idénticos períodos, salvo que una de las Partes comunicara a la otra por vía diplomática su intención de denunciarlo. La denuncia surtirá efecto cuarenta y cinco (45) días después de la fecha de recepción de la respectiva notificación.

2. En caso de denuncia del presente Acuerdo Complementario, las actividades en curso que el mismo contempla no se verán afectadas, salvo cuando las Partes convinieran lo contrario en forma expresa.

ARTÍCULO 7

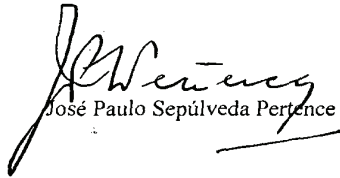
Modificaciones

1. Las modificaciones al presente Acuerdo sólo podrán hacerse de común acuerdo entre las partes del presente expresado por escrito. Los instrumentos en los que consten las modificaciones se agregarán como anexos al presente Acuerdo y formarán parte del mismo.

2. Los programas, planes de viaje, trabajo y cronogramas para las respectivas actividades serán especificadas por las autoridades de aplicación en instrumentos complementarios que como anexos serán parte integrante del presente Acuerdo.

Hecho en Brasilia, el 18 de febrero 2005, en dos ejemplares originales, en portugués y castellano, siendo ambos igualmente auténticos.

POR LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL


José Paulo Sepúlveda Pertence

POR LA REPUBLICA ARGENTINA


Ana Cafiero

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT FOR THE IMPLEMENTATION OF THE ELECTRONIC VOTING SYSTEM IN THE PROVINCE OF BUENOS AIRES, SUPPLEMENTARY TO THE AGREEMENT ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE ARGENTINE REPUBLIC

The Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic (hereinafter referred to as the "Parties"),

Considering:

That the political participation of their citizens is a primary goal of both Parties,

That in order to facilitate effective political participation through the electoral process, it is necessary to provide mechanisms for the implementation of modern and appropriate electoral policies,

That it is, accordingly, in the interests of the Parties to enhance the democratic quality of the political system not only of provinces but also of municipalities and intermediate institutions that so request for any kind of representation, with a view to achieving greater transparency, security and flexibility in electoral processes,

That to such ends a Supplementary Agreement on Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Argentine Republic was concluded in order to establish the necessary foundations for the implementation of the electronic voting system in certain districts of the Province of Buenos Aires through the Electoral Board of the Province, as the authority responsible for administering the electoral process. Accordingly, the Supreme Electoral Tribunal of the Federative Republic of Brazil undertook to provide the necessary hardware, software and technical assistance, thereby enabling the system to be put into effect for the elections of 14 September 2003,

That the first trial use of the electronic voting system in the elections of 14 September 2003 in the Province of Buenos Aires was truly successful thanks to the coordinating and managerial measures taken by the Electoral Board and the Executive Authority of the Province,

That the Province of Buenos Aires amended its electoral legislation so as to allow the electronic voting system to be used,

That the Government of the Province of Buenos Aires, through the Ministry of the Interior and the Electoral Board, firmly resolves to continue to implement and disseminate electronic voting systems gradually until they are in use throughout the territory, with a view to achieving greater efficiency in all electoral processes,

That the Supreme Electoral Tribunal of Brazil has indicated that it shall place at the disposal of the Ministry of the Interior and the Electoral Board of the Province of Buenos Aires its invaluable assistance and experience,

That article II of the Agreement on Technical Cooperation concluded between the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic in April 1996 and in force since August 1999 provides for the possibility of expanding technical cooperation in areas considered appropriate by the Parties, including the strengthening of institutions,

Have agreed as follows:

Article 1. Purpose

1. The purpose of this Supplementary Agreement is to establish the foundations necessary for cooperation between the Parties in the implementation of electronic voting systems in the Province of Buenos Aires, with the aim of ensuring the transparency of the electoral system of the provinces and municipalities and of institutions that so request.

2. For its implementation, the Supreme Electoral Tribunal of Brazil shall provide the necessary hardware, software and technical assistance, within the time limits previously agreed on by the administering authorities, in order that the Province of Buenos Aires may put into practice the said system in the elections of the provinces, municipalities and intermediate institutions, and in activities aimed at disseminating and promoting the electronic voting system.

3. For the purposes of planning and implementing the measures provided for in this Agreement, the administering authorities shall be the Ministry of the Interior and the Electoral Board of the Province of Buenos Aires, for the Argentine Republic, and the Supreme Electoral Tribunal, for the Federative Republic of Brazil.

Article 2. Obligations of the Supreme Electoral Tribunal

Within the framework of this Agreement, the Supreme Electoral Tribunal shall:

1. Loan to the Province of Buenos Aires:

- (a) Electronic voting machines;
- (b) Flash memory cards to be used to store electronic data, to store data on voters and to prepare for any eventuality;
- (c) Drivers for the flash memory cards to be specified according to the requirements of the activity to be carried out.

2. Adjust the associated programmes to electronic voting machine operations, so as to include specific features of the projects being carried out.

3. Provide the services of technicians from the Information Technology Office of the Supreme Electoral Tribunal of Brazil, who shall extend assistance to Argentine personnel through e-mail and fax communications and shall travel to the Province of Buenos Aires in cases where their personal assistance is essential for the training of Argentine technicians, for demonstrating the operation of the system and for carrying out support and implementation activities aimed at making the system operational.

4. In order to plan and launch the implementation of the electronic voting system, the Ministry of the Interior, the Electoral Board of the Province of Buenos Aires and the Supreme Electoral Tribunal of Brazil, as the authorities responsible for administering this

Agreement, shall determine and set out in supplementary instruments - which shall form an integral part of this Agreement as annexes - the tasks and actions to be performed, their timetables and the quantity of material described in paragraph 1 of this article to be used for each activity.

Article 3. Obligations of the Province of Buenos Aires

Within the framework of this Agreement, the Province of Buenos Aires shall:

1. Undertake to re-export the machines and accessory equipment on the date specified in the supplementary instruments.
2. Pay for transportation of the items detailed in article 2 (a), (b) and (c) from their place of origin in Brazilian territory to the territory of the Province of Buenos Aires and their subsequent return to their place of origin in Brazil.
3. Arrange and pay for transportation insurance, handling, storage and operation of the aforementioned machines in Argentine territory.
4. Assume the costs of the installation of the equipment in the Province of Buenos Aires and its removal.
5. Replace items damaged by its agents.
6. Cover the travel, accommodation and living expenses of the officials and/or technicians sent by the Supreme Electoral Tribunal of Brazil; provide Brazilian personnel with insurance against industrial accidents as well as health and life insurance, from the time they enter the territory of the Argentine Republic until they depart from it.
7. Provide all logistic assistance needed for the implementation of the electronic voting programme.
8. Provide the infrastructure needed for the activities to be carried out by the Brazilian technicians, including physical and material structure.
9. Provide the material needed for the conduct of electronic voting, such as reels of paper for electronic voting machines, diskettes, sealing wax and other necessary material.
10. Provide the appropriate infrastructure for preparatory, training and implementation measures for the electronic voting system, as shall be specified in accordance with the activities to be carried out.
11. Undertake to receive the electronic voting machines on Argentine territory in the presence of Brazilian technical personnel.
12. Pay any charges for privatized services that may apply to the temporary import and re-export of Brazilian equipment.

Article 4. Exemption from taxes

In accordance with the provisions of article XIV of the Agreement on Technical Cooperation signed by the two Parties in April 1996, the equipment, items and materials described in this Agreement shall be exempt from payment of all taxes, duties and other import and export obligations.

Article 5. Immunities and privileges

The provisions of article XII of the Agreement on Technical Cooperation of April 1996 shall apply with respect to immunities and privileges.

Article 6. Entry into force

1. This Supplementary Agreement shall enter into force on the date on which it is signed and shall remain in force for a period of one (1) year automatically renewable for identical periods of time, unless either of the Parties notifies the other through the diplomatic channel of its intention to terminate it. The termination shall take effect forty-five (45) days after the date on which the notification is received.

2. If this Supplementary Agreement is terminated, any ongoing activities provided for therein shall not be affected, unless the Parties expressly agree otherwise.

Article 7. Amendments

1. This Agreement may be amended only by agreement in writing between the Parties. The instruments in which the amendments are set out shall be attached hereto as annexes and shall form part of this Agreement.

2. The programmes, travel and workplans and timetables for the relevant activities shall be specified by the administering authorities in supplementary instruments that shall form an integral part of this Agreement as annexes thereto.

Done at Brasilia, on 18 February 2005, in two originals, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil:

JOSÉ PAULO SEPULVEDA PERTENCE

For the Argentine Republic:

ANA CAFIERO

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD RELATIF À LA MISE EN APPLICATION DU SYSTÈME DE VOTE
ÉLECTRONIQUE DANS LA PROVINCE DE BUENOS AIRES, COMPLÉ-
MENTAIRE À L'ACCORD DE COOPÉRATION TECHNIQUE ENTRE LE
GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET
LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE

La République fédérative du Brésil et la République argentine (désignées ci-après par les "Parties"),

Considérant,

Que la participation politique de leurs citoyens est l'objectif principal des deux Parties,

Que pour faciliter une participation politique effective par le processus électoral, il est nécessaire de fournir des mécanismes pour la mise en oeuvre de politiques électorales modernes et appropriées,

Que par conséquent, il est de l'intérêt des Parties de renforcer la qualité démocratique du système politique non seulement des provinces mais également des municipalités et des institutions intermédiaires qui le demandent pour tout type de représentation afin de donner une plus grande transparence ainsi que la sécurité et la souplesse au processus électoral.

Qu'à cette fin, un Accord complémentaire relatif à la coopération technique entre le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil a été conclu en vue de jeter les fondations nécessaires à l'établissement d'un système électronique de vote dans certains districts de la Province de Buenos Aires par l'intermédiaire du Conseil électoral de la Province en tant qu'autorité responsable pour la gestion du processus électoral. En conséquence, le Tribunal électoral suprême du Brésil s'est engagé à fournir l'équipement, le logiciel et l'assistance technique qui doivent permettre au système de fonctionner aux élections du 14 septembre 2003.

Que le premier essai d'utilisation du système de vote électronique lors des élections du 14 septembre 2003 dans la Province de Buenos Aires a été pleinement satisfaisant grâce aux mesures de coordination et de gestion prises par le Conseil électoral et l'autorité exécutive de la Province.

Que la Province de Buenos Aires a amendé sa législation électorale pour permettre l'utilisation du système électronique.

Que le Gouvernement de la Province de Buenos Aires, par l'intermédiaire du Ministre de l'intérieur et du Conseil électoral, est fermement résolu à continuer à mettre en oeuvre et à diffuser les systèmes électronique de vote graduellement jusqu'à ce que son utilisation soit étendue à tout le pays afin d'arriver à une plus grande efficacité de tous les processus électoraux.

Que le Tribunal électoral suprême du Brésil a indiqué qu'il mettrait à la disposition du Ministre de l'intérieur et du Conseil électoral de la Province de Buenos Aires son assistance et son expérience.

Que l'article II de l'Accord sur la coopération technique conclu entre le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil d'avril 1996 en vigueur depuis août 1999 fournit la possibilité d'étendre la coopération technique dans des zones que les Parties estiment appropriées y compris dans le renforcement des institutions,

Sont convenus de ce qui suit :

Article 1. But

1. Le but de l'Accord complémentaire est d'établir les fondations nécessaires à la coopération entre les Parties en vue de la mise en application du système de vote électronique dans la Province de Buenos Aires afin d'assurer la transparence du système électoral dans les provinces et municipalités et des institutions qui le souhaitent.

2. Le Tribunal électoral suprême fournira l'équipement nécessaire, les logiciels et l'assistance technique dans les délais convenus par les autorités de gestion afin que la Province de Buenos Aires soit en mesure de mettre en place ledit système lors des élections dans les provinces, municipalités et les institutions intermédiaires et lors des activités visant à diffuser et à promouvoir le système de vote électronique.

3. Aux fins de la planification et la mise en oeuvre des mesures prévues dans le présent Accord, les autorités administratives sont le Ministère de l'Intérieur et le Conseil électoral de la Province de Buenos Aires, pour la République argentine, et le Tribunal électoral suprême pour la République fédérative du Brésil.

Article 2. Obligations du Tribunal électoral suprême

Dans le cadre du présent Accord, le Tribunal électoral suprême devra :

1. Prêter au Conseil électoral de la Province de Buenos Aires:

- (a) Des machines électroniques de vote;
- (b) Des cartes de mémoire électronique qui peuvent être utilisées pour conserver des données électroniques, des données sur les électeurs et répondre à toutes les éventualités;
- (c) Des programmes spécifiques pour les cartes de mémoire compte tenu des activités qui seront menées.

2. Ajuster les programmes associés aux opérations des machines électroniques de vote afin d'inclure les caractères spécifiques des projets qui seront mis en oeuvre.

3. Fournir les services de techniciens du Bureau de la technologie de l'information du Tribunal électoral suprême du Brésil qui apportera son assistance au personnel argentin par courrier électronique et télécopies et qui se rendront dans la Province de Buenos Aires dans le cas où leur aide serait nécessaire pour la formation de techniciens argentins et s'occuper de la démonstration de l'appui et de la mise en oeuvre des activités visant à rendre le système opérationnel.

4. Afin de planifier et mettre en oeuvre le système de vote électronique, le Ministère de l'intérieur, le Conseil électoral de la Province de Buenos Aires et le Tribunal électoral suprême du Brésil, en tant qu'autorités responsables de la gestion de l'Accord doivent éla-

borer et établir dans des instruments complémentaires qui seront partie intégrante du présent accord en tant qu'annexes, les tâches et les activités qui devront être menées, le calendrier de leur mise en oeuvre et le volume des équipements décrits au paragraphe 1 du présent article qui seront utilisés pour chaque activité.

Article 3. Obligation de la Province de Buenos Aires

Dans le cadre du présent Accord, la Province de Buenos Aires doit :

(1) S'efforcer de réexporter les machines et les équipements accessoires dans un délai spécifié dans les instruments complémentaires.

(2) Payer pour le transport des articles mentionnés dans les paragraphes (a), (b) et (c) de l'article 2 à partir de la place d'origine des machines sur le territoire brésilien jusqu'au territoire de la Province de Buenos Aires et leur retour ultérieur à leur place d'origine au Brésil.

(3) Faire les arrangements nécessaires et payer le coût de l'assurance pour le transport, de la manutention, de l'entreposage et de l'utilisation des machines mentionnées plus haut sur le territoire argentin.

(4) Assumer les coûts de l'installation de l'équipement dans la Province de Buenos Aires et de son enlèvement.

(5) Remplacer les articles endommagés par ses employés.

(6) Payer le voyage y compris les frais de séjour des fonctionnaires et des techniciens dépêchés par le Tribunal électoral suprême du Brésil, prévoir une couverture d'assurance pour le personnel brésilien contre les accidents industriels ainsi qu'une assurance vie et une assurance santé au moment de leur entrée jusqu'à leur départ du territoire brésilien.

(7) Fournir toute l'aide logistique nécessaire à l'application du programme de vote électronique.

(8) Fournir l'infrastructure nécessaire pour les activités qui seront menées par les techniciens brésiliens, y compris la structure physique et matérielle.

(9) Fournir l'équipement nécessaire pour le vote électronique y compris les rouleaux de papier pour les machines de vote électronique, les disquettes, la cire à cacheter et d'autres équipements nécessaires.

(10) Fournir l'infrastructure appropriée pour la préparation, la formation et la mise en oeuvre des mesures pour le système de vote électronique, tels qu'ils seront spécifiés conformément aux activités qui devront être menées.

(11) S'engager à recevoir les machines de vote électronique sur le territoire argentin en présence du personnel technique brésilien.

(12) Payer pour les services privés qui peuvent être appliqués à l'importation temporaire et à la réexportation de l'équipement brésilien.

Article 4. Exemption d'impôts

Conformément aux provisions de l'article XIV de l'Accord sur la coopération technique signé par les deux Parties en avril 1996, l'équipement, les articles et le matériel décrits dans le présent Accord sont exonérés de tout impôt, taxes et aux redevances à l'importation et à l'exportation.

Article 5. Immunités et privilèges

Les dispositions de l'article XII de l'Accord sur la coopération technique d'avril 1996 s'appliquent en ce qui concerne les immunités et les privilèges.

Article 6. Entrée en vigueur

1. Le présent Accord complémentaire entrera en vigueur à la date à laquelle il a été signé et restera en vigueur pour une période d'un an. Il est prorogé automatiquement pour des périodes identiques à moins que l'une des Parties notifie l'autre par voie diplomatique de son intention de le dénoncer. La dénonciation est effective 45 jours à partir de la date à laquelle la notification est reçue.

2. La dénonciation de l'Accord complémentaire ne met pas fin aux activités en cours à moins que les Parties n'en aient décidé autrement de manière expresse.

Article 7. Amendements

1. Le présent Accord ne peut être amendé que par accord écrit entre les Parties. Les instruments où figurent ces amendements seront annexés au présent Accord et en constitueront une partie intégrante.

2. Les programmes, voyages, plans de travail et calendriers pour les activités pertinentes devront être précisés par les autorités administratives dans des accords complémentaires qui seront partie intégrante du présent Accord en tant qu'annexes.

Fait à Brasilia le 18 février 2005 en espagnol et en portugais; les deux textes faisant foi.

Pour la République fédérative du Brésil :

JOSÉ CARLOS SEPULVEDA PERTENCE

Pour la République argentine :

ANA CAFIERO

